

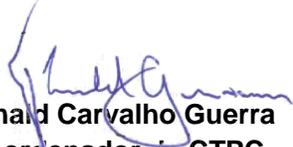
1 Aos trinta dias do mês de agosto de 2021, às 9h00, reuniram-se ordinariamente os conselheiros
2 da Câmara Técnica de Planejamento, Projetos e Controle – CTPC, do Comitê da Bacia
3 Hidrográfica do Rio das Velhas - CBH Rio das Velhas, por meio de videoconferência, utilizando-se
4 da plataforma *Zoom Meeting*. **Participaram os seguintes conselheiros:** Leopoldo Curi – Agência
5 de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Agência RMBH); Tulio Bahia –
6 Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM); Leandro Vaz Pereira - Consórcio de Saneamento
7 Básico Central de Minas (CORESAB); Heloísa Cristina França Cavallieri – Serviço Autônomo de
8 Água e Esgoto de Itabirito (SAAE Itabirito); Rone Frank Silva – Federação das Indústrias do
9 Estado de Minas Gerais (FIEMG); Marco Aurélio Andrade Correa Machado – Sindicato dos
10 Produtores Rurais de Curvelo; Ronald de Carvalho Guerra - Associação dos Doceiros e
11 Agricultores Familiares de São Bartolomeu (ADAF). **Participaram os seguintes convidados:**
12 Dimas Correa, Francisco Rubió, Izabel Nogueira – Equipe de Mobilização do CBH Rio das Velhas;
13 Luiza Baggio – Assessoria de Comunicação do CBH Rio das Velhas; Sâmela Ingrid, Paula
14 Procópio, Célia Fróes, Thiago Campos – Agência Peixe Vivo; Poliana Valgas – Prefeitura de
15 Jequitibá e presidenta do CBH Rio das Velhas; João Otávio Barbosa, Hamilton Filho – Subcomitê
16 Santo Antônio/ Maquiné. O coordenador Ronald Guerra inicia a reunião agradecendo a presença
17 de todos, e anuncia a aprovação da ata da reunião do dia 26 de julho, a ser posta em votação. A
18 ata é aprovada com alterações e com uma abstenção de Leopoldo Curi, que não estava presente
19 na última reunião. **Solicitação Subcomitê Santo Antônio/ Maquiné - Demandas de projetos**
20 **hidroambientais do 2º chamamento de 2017.** Ronald explica que a solicitação do subcomitê diz
21 respeito à elaboração de TDR para execução de serviços de recuperação ambiental oriundos do
22 chamamento público de 2017. O Subcomitê reprovou o documento por não estar de acordo com
23 os custos finais do projeto. Então, a câmara técnica e a diretoria do comitê receberam um ofício do
24 subcomitê com questionamentos a respeito. Poliana informa que a diretoria do comitê debateu o
25 assunto, e decidiu por, em conjunto a representantes da Agência Peixe Vivo, se reunir
26 extraordinariamente com os conselheiros do o subcomitê assim que findar o processo eleitoral do
27 mesmo. Diz que compreende a legitimidade de tais questionamentos, uma vez que já foi
28 coordenadora de subcomitê, e estes são inerentes a todos os subcomitês. Todavia, existem
29 questões relacionadas à legislação federal que precisam ser consideradas. Hamilton Filho
30 esclarece que essa posição foi tomada à luz de experiências anteriores, mais especificamente a
31 execução do projeto hidroambiental no Córrego Santa Maria. Observa que o investimento em
32 intervenções é muito baixo em contrapartida aos custos operacionais. Considera adequado
33 discutir o assunto em reunião do subcomitê, onde todos os questionamentos poderão ser
34 expostos. Hamilton compreende as que regras que envolvem licitação precisam ser seguidas, mas
35 algumas coisas precisam ser aprimoradas. Ronald esclarece que está dando publicidade a uma
36 informação que foi repassada. Sugere acompanhar a proposta da diretoria e se dispõe a participar
37 da reunião do subcomitê, trazendo para a câmara o que foi discutido. Entende ser uma questão
38 que não é comum aos outros subcomitês também. Existe a possibilidade de ocorrer algum erro,
39 mas lembra que os TDR's passam por um processo de amadurecimento. Por já ter sido
40 coordenador de subcomitê, considera importante o acompanhamento de todo o subcomitê, por
41 que é isso que faz o processo ser aprimorado, dentro dos limites da legislação. Entende que

42 conversar é o melhor caminho. Então, sugere trazer à CTPC o resultado do debate
43 posteriormente. Célia Fróes diz que esse tipo de questionamento não é novidade para a APV.
44 Esclarece que existem normativos legais editados pelo IGAM e pelo Tribunal de Contas da União
45 que precisam ser seguidos. Exemplifica a obrigatoriedade de retenção de BDI em 35% e outras
46 questões que oneram o projeto. Às vezes, algumas organizações civis entendem que o recurso
47 deveria ser repassado diretamente e executado. Mas lembra que as normas relativas os recursos
48 da Cobrança pelo uso da água não permitem. E se permitissem, essas empresas deveriam seguir
49 as mesmas normas. Lembra também da necessidade de comprovar o recolhimento dos encargos
50 trabalhistas. Quando se contrata equipe chave para ir a campo, a coordenação tem um custo para
51 a empresa. De modo a pensar em possibilidades de solução, a definição de indicadores tem sido
52 debatida desde a época em que Marcus Vinicius Polignano era presidente do comitê, conforme
53 plano de ação determinado pelo Estado. Ronald então sugere trazer quais são estes custos para
54 compreensão de todos os conselheiros. Sugere fazer uma cartilha orientando os conselheiros
55 sobre os procedimentos, até em função da renovação dos membros dos subcomitês. Lembra a
56 dificuldade que as ONG's enfrentam para prestação de contas dos recursos recebidos. Dimas
57 Correa indica trabalhar essa cartilha em conjunto à capacitação ou webnários a respeito. Thiago
58 campos argumenta a existência de metas de capacitação e treinamento no contrato de gestão, e
59 defende esta como uma oportunidade de levar as questões em debate. Considera a participação
60 do próprio IGAM para essas capacitações. Recorda que houve um decreto estadual
61 regulamentando a composição de custos unitários, o que permitiu baixar o orçamento final dos
62 projetos. Poliana considera aguardar o resultado das eleições dos subcomitês para fazer essa
63 formação, sugerindo capacitação sobre todos os tramites internos do comitê. Francisco Rubió trás
64 a importância de o comitê se articular mais com o poder político em relação a encerrar o
65 contingenciamento de recursos, pois é incompreensível a situação de recursos como os do
66 FHIDRO, contingenciados da forma que estão, e está tentando encaminhar essa discussão junto à
67 Assembleia Legislativa de Minas Gerais para liberar essa demanda. Celia lembra que todos os
68 projetos deste chamamento foram definidos com valor de corte de 700 mil reais para cada um.
69 Ronald reforça que os modelos dos projetos tem limitação de recurso, mas a parte do conselheiro
70 é conseguir maiores parcerias no território e trazer outras fontes de recursos, pois assim é que se
71 pode avançar. Sugere sempre buscar articulação institucional para complementar os projetos e
72 ampliar a atuação destes. Célia se lembra da mobilização para fazer a manutenção e
73 acompanhamento posterior, citando o exemplo de parcerias com o poder público municipal.
74 **Discussão acerca do resultado das oficinas do Programa de Conservação e Produção de**
75 **Água.** Dimas contextualiza a realização das oficinas para definição de critérios a serem avaliados
76 para hierarquização das demandas enviadas pelos subcomitês, ocorridas nos dias 18, 19 e 20 de
77 agosto. Lembra que os subcomitês Águas da Moeda, Caeté/ Sabará, Arrudas e Onça não
78 enviaram demandas. Ronald diz que acompanhou as oficinas, e percebeu a complexidade que era
79 compreender os critérios previamente para poder fazer a seleção. Sempre se lembra do processo
80 de aprendizado quando se utiliza de novas metodologias. Paula Fontoura considera que as
81 oficinas tiveram resultado positivo. Lembra que 14 dos 18 subcomitês enviaram demandas, e duas
82 prefeituras - Baldim e Santana do Pirapama enviaram solicitações, mas por estarem em UTE's

83 que não possuem subcomitê não poderiam participar. As sub-bacias foram delimitadas pelo
84 facilitador conforme coordenadas geográficas enviadas pelos subcomitês. Quantos às
85 particularidades de cada pedido, o Subcomitê do Rio Paraúna havia indicado somente a calha do
86 Rio Paraúna, mas como não somava 5 mil hectares, foi delimitada uma área maior. O Subcomitê
87 do Rio Bicudo havia indicado as nascentes do Rio Bicudo, o que também soma uma área menor
88 que a possível. De modo a cobrir o tamanho previsto no programa, foi delimitada uma micro-bacia
89 que possui maior concentração de nascentes. Thiago informa que a próxima etapa é
90 hierarquização das demandas, cujo resultado será publicitado em oficina única. Izabel Nogueira
91 informa que foi procurada por instituições que atuam em UTE's que não possuem subcomitê.
92 Lembra que estas estão um pouco distantes das atividades do comitê, e solicita atenção da CTPC
93 para atender a essas solicitações. Diz que auxiliou o facilitador na delimitação das áreas
94 indicadas, e acredita que os projetos ficarão muito bons. Dimas lembra que o CBH Rio das Velhas
95 não avançou na criação dos subcomitês nas UTE's que não possuem em função da escassez de
96 orçamento para tal. Ronald entende que é necessário traçar meta para que isso aconteça,
97 trazendo os recursos necessários. Lembra que a prioridade é trabalhar as iniciativas trazidas pelos
98 subcomitês, mas sem excluir as regiões que não o possuem. De todo modo, é difícil incluir as
99 UTE's sem subcomitês no processo atual. Por fim, defende que avançar com a mobilização para
100 criar os demais subcomitês deve ser uma decisão institucional do CBH Rio das Velhas. Izabel
101 sugere incluir as demandas destes territórios sem subcomitês no lugar daqueles subcomitês que
102 não se manifestaram. Ronald entende não discutir essa proposta, mas considerar construir o
103 processo de formalizar os demais subcomitês. Poliana concorda com a demanda de criar novos
104 subcomitês, e lembra que alguns pedidos já foram formalizados por atores locais. Reforça a
105 inexistência de orçamento para criar esses subcomitês, o que impede que isso ocorra em curto
106 prazo. Mas talvez seja possível pensar nessa possibilidade para 2022 ou 2023. Existe também a
107 possibilidade de aglutinar alguns subcomitês que possuem demandas próximas. Dimas se recorda
108 do pedido do conselheiro Marco Aurélio Machado, para realizar um estudo sobre a possibilidade
109 de fundir algumas UTE's, visando otimizar recursos financeiros e humanos para mobilizar e
110 manter os subcomitês atuantes em toda a bacia. Ronald entende que pode ser possível avançar
111 nesse sentido. **Decisão conjunta Subcomitê Ribeirão Onça e Subcomitê Ribeirão Arrudas em**
112 **não indicar microbacias para Programa de Conservação e Produção de Água** Poliana
113 informa que os Subcomitês do Ribeirão Arrudas e do Ribeirão Onça não enviaram demanda para
114 o programa e formalizaram essa decisão ao qual alegam “não existir áreas que atendam às
115 exigências do referido edital, impossibilitando assim, de antemão, a participação equânime dessas
116 duas sub-bacias nesse certame” e solicitam a viabilização de projetos hidroambientais que
117 contemplem as especificidades dessas regiões. A diretoria recebeu e debateu o documento
118 enviado pelos subcomitês, reconhecendo tanto a legitimidade deste posicionamento quanto ao
119 fato de os critérios não atenderem a plenitude de especificidades das UTE's, dificultando assim a
120 participação destes e de outros subcomitês, com características mais urbanas. A diretoria do
121 comitê entende que, ao finalizar a etapa de seleção dos projetos do Programa de Conservação e
122 Produção de Água, iniciar tratativas para um programa específico em áreas urbanas. Informa que
123 após o encerramento das eleições dos subcomitês, será agendada uma reunião com subcomitês

124 em questão tendo a participação de representantes da CTPC. Thiago entende ser muito pertinente
125 e coerente ter um programa específico levando em consideração as características do território.
126 Então, é preciso verificar junto a estes subcomitês quais seriam as demandas mais importantes
127 neste quesito, à luz do PDRH Rio das Velhas. Ronald lembra que desde as primeiras reuniões era
128 possível perceber que existiriam questionamentos acerca das dinâmicas e particularidades de
129 cada subcomitê, inclusive para escolha dos critérios, mas que era importante não haver
130 interferência nessa discussão. Isso foi bom para mostrar a complexidade de atuação no processo
131 de mobilização e da atuação dos subcomitês. Entende que a manifestação dos subcomitês mostra
132 como que o processo de participação foi bastante aprimorado, de posicionamento na discussão.
133 Tulio pergunta se dentro do escopo do programa poderiam ter sido priorizadas ações de
134 drenagem, como jardins de chuva. Thiago esclarece que as conversas a respeito deste programa
135 se iniciaram no ano passado e a ideia era ter foco na produção e conservação de água para
136 suporte em abastecimento. Então, quando se seleciona áreas para esse tipo de intervenção, as
137 áreas urbanas acabam se perdendo um pouco nesta questão, o que tornaria a atuação dos
138 Subcomitês Arrudas e Onça um pouco mais complicada, por terem outras prioridades. Então,
139 pensa que agora é o momento de trabalhar de forma a atender UTE's que possuem outras
140 características de uso e ocupação do solo. Por fim, Ronald diz que essa discussão será retomada
141 após a seleção dos projetos. Iniciando os informes, Dimas fala da mudança da sede do comitê,
142 uma vez que o proprietário do imóvel atual pediu para desocupá-lo. Francisco Rubió
143 complementa, informando que o novo endereço já foi escolhido e fica a cerca de 50 metros de
144 distância da sede atual. O mesmo terá sala com escritório, sala da diretoria, copa e sala de
145 reuniões. Os trâmites contratuais estão sendo finalizados pela Agência Peixe Vivo. Poliana diz que
146 essa mudança de endereço será divulgada por e-mail e no site do comitê. Tulio sugere trazer para
147 a CTPC um representante do IEF, justificando que, por vezes, os temas e dificuldades
148 apresentados a esta câmara dependem de articulação junto a essa instituição, inclusive a
149 discussão de planos de manejo de unidades de conservação. Ronald agradece a manifestação de
150 Tulio e diz concordar com a presença do IEF, até pela relação dos subcomitês com os diversos
151 setores. Informa que comitê tem diversas representações encaminhadas ao ministério público
152 sobre a atuação na gestão de unidades de conservação. Cita o caso da Floresta do Uaimií que foi
153 judicializada e o IEF é réu. Considera que, por diversas razões, ter o IEF na câmara é abrir uma
154 porta de diálogo. Sugere já pensar em chamar o IEF em outra reunião. Leopoldo informa que a
155 Agência RMBH tem um acordo de cooperação junto ao ICLEI - Governos Locais pela
156 Sustentabilidade no âmbito do projeto do INTERACT-Bio, ao qual foi possível capacitar técnicos
157 de 5 municípios que apoiam para revisão de planos diretores. O objetivo destas é capacitar
158 governos locais na temática de soluções baseadas na natureza e indicar como estas medidas
159 podem ser integradas nos planos diretores e leis municipais complementares. A ideia é adotar
160 práticas sustentáveis inserindo-as no plano diretor municipal e no que diz respeito ao uso e
161 parcelamento do solo e ao código de obras, inclusive abarcando questões climáticas. Ronald
162 solicita que a apresentação deste projeto seja pautada em reunião da CTPC. Leopoldo diz que
163 sua ideia aproximar os subcomitês e o ICLEI. Rubió informa que na Vila Acaba Mundo, em Belo
164 Horizonte – UTE Ribeirão Arrudas, existe um projeto com ações agroflorestais. Diz que tem

165 visitado a região, e a associação comunitária local criou uma escola de agroecologia, onde está
166 sendo possível formar técnicos especializados em plantas medicinais e reflorestamento com
167 árvores frutíferas. Em seu entendimento este é um projeto piloto já quase pronto, que poderia ser
168 apoiado por meio do Subcomitê do Ribeirão Arrudas, até por se tratar de uma realidade muito
169 específica, e a Agência Metropolitana pode ter um papel bastante importante nessa discussão.
170 Poliana entende que o tema proposto por Leopoldo é muito importante. Diz que comitê tem sim
171 um papel na difusão de soluções baseadas na natureza, até para a utilização dos recursos de
172 forma muito mais assertiva. Sugere estruturar um webnário aberto neste sentido, inclusive com as
173 experiências do ICLEI. Ronald esclarece que o ICLEI é uma instituição que envolve muitos países,
174 em uma rede de sustentabilidade. Sugere apresentação da proposta. Leopoldo diz que entrará em
175 contato com a instituição, via acordo de cooperação. Não havendo mais nenhum assunto a tratar,
176 a coordenação da CTPC atesta que esta reunião ocorreu com a estrutura mínima necessária para
177 possibilitar a participação de todos os conselheiros, e encerrou a mesma, da qual se lavrou a
178 presente ata. **Encaminhamentos:** Mobilizar IEF para indicar um conselheiro para a CTPC;
179 apresentar a parceria Agência RMBH, ICLEI e Projeto INTERACT-Bio em reunião da câmara
180 técnica; webnário sobre soluções baseadas na natureza; capacitação e cartilha sobre os
181 procedimentos para contratação e execução de projetos hidroambientais.



Ronald Carvalho Guerra
Coordenador da CTPC